



UM REPUBLICANO POSITIVISTA E A RECONFIGURAÇÃO DA NAÇÃO: A TRAJETÓRIA DE JOSÉ LEÃO FERREIRA SOUTO (1850-1904)

PAULO VITOR SAUERBRONN AIRAGHI*

O objetivo deste texto é analisar a trajetória de vida de José Leão Ferreira Souto, evidenciando como ele foi se aproximando, ao longo de sua vida, do positivismo e da convicção de que era necessário reconfigurar espacialmente e politicamente as províncias/os estados. Temporalmente, o estudo está delimitado entre a segunda metade do século XIX e os primeiros anos do século XX. Didaticamente, dividi o texto em três partes. Inicialmente, farei uma breve apresentação do autor. Em seguida, mostrarei a atuação profissional dele e a sua ação militante no movimento positivista. E, finalmente, a partir de uma conferência realizada por José Leão na cidade da Parahyba, capital da Paraíba, analisarei as ideias de república positivistas e da reconfiguração da nação propostas por José Leão.

O autor

José Leão Ferreira Souto nasceu no ano de 1850, em Assú, cidade que, até então, era a segunda cidade mais importante da província do Rio Grande do Norte. Seu pai, Luís Antônio Ferreira Souto, era proprietário de gado e de terras, além de um destacado membro do partido Conservador na Província do Rio Grande do Norte, conforme evidencia a sua eleição ao cargo de Deputado Provincial em duas legislaturas: de 1858 a 1859 (décima segunda legislatura) e de 1873 a 1874 (vigésima legislatura).

As condições financeiras da família possibilitaram a José Leão cursar o ensino primário em Assú, o secundário e o preparatório no Atheneu Norte-Rio-Grandense, em Natal, e que ele, em 1870, partisse para o Rio de Janeiro, com o intuito de cursar Engenharia na Escola Central do Exército. Luís Antônio Ferreira Souto, pai de José Leão, também

* Mestre em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.



enviou ao Rio de Janeiro um escravo, a fim de que este fosse alugado e, dessa forma, auxiliasse no sustento de José Leão, enquanto este estudava.

Ao que tudo indica, os primeiros contatos de José Leão com grupos republicanos ocorreram durante o período em que ele era aluno de engenharia. Também foi nas aulas da Escola Central que ele teve os primeiros contatos com as teorias positivistas de Augusto Comte. Entre os anos de 1872 e 1873, José Leão publicou, em parceria com outros alunos da Escola Central e da Escola de Medicina e Cirurgia, o jornal *Centro Acadêmico*, jornal que tinha seções dedicadas à publicação de artigos científicos e literários, bem como de textos que discutissem política e instrução popular.

Desde o primeiro número do jornal, há artigos em que o governo imperial era criticado – pelo menosprezo com que tratava as questões relativas à instrução pública, obrigando os jovens estudantes, sobretudo os do Norte, a mudarem-se para a Corte -, quanto artigos em que se fazia a defesa da República como “única forma de governo democrática” (CENTRO ACADÊMICO, 1871a: 3-4). No entanto, o *Centro Acadêmico* não era, desde o início, um jornal de orientação declaradamente republicana, embora artigos desse teor pudessem ser encontrados desde o primeiro número.

José Leão, rememorando o tempo em que estudava na Escola Central, afirmou que “aparentemente, não se ia fazer política republicana, se bem que esta fosse a intenção dos principais fundadores” (LEÃO, 1895: 112) do jornal *Centro Acadêmico*. No entanto, os artigos em defesa da República começaram, gradativamente, a ganhar mais espaço no jornal, ocasionando atritos entre os editores. Em virtude disso, Domingos Jaguaribe Filho, o único dos autores que defendia a necessidade de reformas monárquicas, desliga-se da redação do Jornal. Nesse mesmo período, o jornal começou a passar por dificuldades financeiras e, em 1873, deixou de existir.

Ação profissional e militância positivista

Em 1874, com a morte de Luís Antônio Ferreira Souto, a família de José Leão começou a passar dificuldades financeiras, o que impossibilitou que ele terminasse o curso de Engenharia. Em virtude disso, ele se mudou para São Paulo no ano de 1876, sendo aprovado em concurso para o cargo de 3º Escrivão da Fazenda daquela província.



Em 1879, começou a frequentar a redação do jornal republicano *A Província de São Paulo*, onde conheceu o propagandista Antônio da Silva Jardim, de quem se tornou grande amigo, e a quem influenciou a aderir inicialmente à maçonaria e, posteriormente, a abandonar esta crença para aderir ao Positivismo.

Em 1886, José Leão enviou ao Secretário da Fazenda de São Paulo um memorando denunciando diversas irregularidades na Secretaria. Dentre outras acusações, estavam a sonegação de impostos e o não cumprimento do Decreto nº 5135 de 1872, que obrigava os proprietários de escravos a comunicarem o nascimento, a venda ou o falecimento de todo escravo da província de São Paulo. A falta dessa comunicação acarretaria em multa e a quantia arrecadada deveria ser revertida para a formação de um fundo destinado à manumissão dos escravos da província. José Leão denunciava que essa lei não era cumprida, já que os proprietários de escravos não informavam o nascimento, a morte ou mudança dos escravos e que, nas ocasiões em que a multa era aplicada, o faltoso recorria ao Presidente da Província e tinha sua dívida perdoada.

Essa atitude de José Leão, abolicionista declarado, causou-lhe problemas, pois foi interpretada como uma ofensa à Coroa, tendo em vista que a escravidão permanecia vigente no país. Isso explica a atitude do Secretário da Fazenda, que remeteu o memorando original – assinado por José Leão – para o Presidente da Província – o Conservador João Alfredo Correia de Oliveira.

Em represália ao ofício, José Leão foi transferido de São Paulo, por Decreto imperial, inicialmente, para o Rio de Janeiro. Posteriormente, Francisco Belizário Soares de Souza, Ministro da Fazenda do Gabinete do Primeiro Ministro João Mauricio Wanderley, o transferiu para o Ceará, com os mesmos vencimentos que recebia na Corte. José Leão nunca assumiu o cargo no Ceará e partiu para o Rio de Janeiro, onde fundou uma escola no bairro de Santa Teresa.

Nesta mesma cidade, há indícios de que José Leão foi membro do Clube Tiradentes, já que ele publicou um poema em homenagem à Tiradentes na revista desse clube (LEÃO, 1890: 2). A partir da leitura de alguns exemplares da Revista *Tiradentes*, que era publicada anualmente, pude perceber que, aparentemente, apenas os membros do Clube Tiradentes publicavam na Revista. O Clube Tiradentes foi fundado em 1882 por um grupo



de republicanos fluminenses e, de acordo com o historiador José Murilo de Carvalho (2014), esse clube republicano foi um dos mais atuantes clubes republicanos.

Outro clube republicano no qual José Leão teve participação foi o *Centro Republicano Potiguaranense*, que ele fundou no Rio de Janeiro em 21 de abril de 1888, aniversário de morte de Tiradentes¹. Foi nessa entidade que ele começou a divulgar, de maneira mais sistemática, suas concepções sobre a República.

Propostas para a República e para a nação

O *Centro Republicano Potiguaranense* publicou a revista *Potyguarania*, que divulgava as ideias da entidade. Na primeira edição da revista, o artigo editorial informa que um dos objetivos da publicação era demonstrar “[...] que a denominação de Rio-Grande do Norte é impropria e que está longe de dar idéia da região habitada antigamente pela poderosa nação dos Potyguaras ” (POTYGUARANIA, 1888:1), pois o termo “Rio Grande do Norte” não expressaria os antecedentes históricos da região. Em virtude disso,

Passando a um regimen novo, a futura Republica Potyguarana perderá o nome porque [sic] era conhecida de Rio-Grande do Norte e, para que haja continuidade histórica nesse acto, deve-se desde já ir accentuando a oportunidade da idéa desse chrisma de accôrdo com os nossos antecedentes pátrios. (POTYGUARANIA, 1888:1)

Para apregoar a viabilidade de se implementar uma República no Brasil, tornava-se necessário criar um órgão de propaganda que divulgasse essas ideias. Até esse momento, a proposta era apenas proclamar uma República no Rio Grande do Norte, nomeando-a com uma expressão que remetesse aos indígenas potiguares, habitantes originais desse território.

Apesar de se remeter diretamente aos indígenas potiguares, José Leão se distanciava dos ideais do Império e do IHGB, pensando num formato completamente diferente para a

¹ O Centro Republicano Potyguarense foi fundado na Corte em 21 de abril de 1888, data de aniversário da morte de Tiradentes. A revista *Potyguarania*, órgão de publicação do Centro, informa que essa entidade tinha por objetivos estudar e debater o Rio Grande do Norte, analisando essa Província no que se refere a suas condições materiais, discutir as questões relativas ao seu território, esclarecer os problemas políticos, discutindo as formas de governo e proclamando a eficácia da República. O Centro congregava pessoas que eram favoráveis à queda da monarquia e à ascensão da República. Apresentava também para a população possíveis soluções para os problemas que afetavam o povo americano. Entre os indivíduos que participaram da Diretoria do Clube e da Redação da Revista estavam José Leão (Presidente), A. Raphael (Secretário) e Hermes Cavalcanti (Tesoureiro). (POTYGYARANIA, 1888: 3-4)



identidade nacional. Influenciado pelo positivismo, ele acreditava que os índios estavam na fase metafísica da sociedade, etapa esta considerada uma fase evolutiva inferior, pois nela as populações ainda buscavam explicações sobrenaturais para a ocorrência dos fenômenos naturais. Contudo, apesar de considerar que os índios eram “atrasados” no que diz respeito à evolução humana, o que o diferenciava frontalmente da visão do IHGB, José Leão acreditava que eles eram importantes, tendo em vista que a etapa metafísica era um dos passos obrigatórios para a evolução da sociedade. Considerando que os povos indígenas já estavam praticamente extintos no Brasil, José Leão acreditava que a única forma de demonstrar historicamente a presença dos índios no território brasileiro e a sua incorporação pelas populações europeias seria consignar à toponímia os nomes indígenas.

Ainda no que diz respeito à Revista Potiguarânia, ela enfocava especificamente o caso da província do Rio Grande do Norte, mas salientava que o raciocínio valeria para as demais províncias: na República, cada uma delas deveria ter seu nome substituído por outro que expressasse os antecedentes pátrios da região. As províncias, dentro de suas possibilidades, deveriam lutar pela extinção da monarquia e da escravidão, pois a República só se efetivaria se todas as províncias estivessem integradas a um projeto nacional e envolvidas nessa luta.

Proclamada a República, essas propostas não se concretizaram. Por um lado, a adoção do federalismo no país fez com que José Leão constatasse que o Brasil não atingiria o progresso e a civilização, como apregoavam os positivistas. Na interpretação dele, os estados federados iriam disputar entre si, continuamente, pela hegemonia econômica e política. Por outro, nenhuma província teve seu nome alterado e, se a monarquia havia sido oficialmente extinta, os homens que faziam parte do governo continuavam os mesmos pois, na interpretação de José Leão, “com a República, nada mais aconteceu do que a volta dos Conservadores ao poder” (ESTADO DA PARAÍBA, 1891A: 1). Os verdadeiros republicanos foram alijados das decisões políticas.

Todavia, vivia-se o momento de elaboração da Constituição de 1891 e José Leão percebia concretamente a possibilidade de modificar esse quadro. Assim, na sua lógica, era possível reverter essa situação e, ao invés de uma República federativa, poderia ainda ser implantada uma República Unionista, na qual a administração dos estados seria



descentralizada, mas o ditador indicaria os responsáveis para gerir os territórios das pátrias e os pontos comuns a serem perseguidos por todos os estados, evitando a disputa entre eles ².

A continuidade das práticas da Monarquia durante o Governo Republicano poderia ser percebida, por exemplo, a partir da maneira como ambos os governos lidavam com a questão das secas no Norte, aspecto que José Leão buscou evidenciar durante uma conferência realizada no ano de 1891, no Teatro Santa Roza, na cidade da Parahyba.

A conferência, publicada no *Estado da Parahyba* com o nome de *Importantes Revoluções* [sic] *sobre o vale de Camaratuba*, objetivava demonstrar que o vale do rio Camaratuba “foi talvez o antigo leito do Rio S. Francisco”, e que esta descoberta modificaria os “destinos communs dos estados vizinhos” (ESTADO DA PARAHYBA, 1891A: 1), especificamente Paraíba e Rio Grande do Norte.

José Leão começou a preleção apresentando-se ao público presente no teatro e informou estar, “de há muito”, atraído pela presença permanente de água em uma região específica da Paraíba, localizada entre a Serra dos Cariris e o Vale do Camaratuba.

Essa área “que se chama impropriamente Bréjo”, para o conferencista, não é um brejo em razão de dois elementos: a vegetação característica do lugar e a forma como a água se apresenta. Para ele, “não ha nada que justifique a presença d’agua perene nesta região” (ESTADO DA PARAHYBA, 1891B: 1) nem a vegetação de grande porte que lá se encontra. A partir dessa constatação, José Leão se indaga: se na região não existe um brejo, o que justifica a presença da água e da vegetação nesse espaço?

Apesar dessas observações se basearem numa região específica (Brejo paraibano), as preocupações de José Leão não se limitam ao fato de existir ou não um brejo nesse espaço. Suas indagações voltam-se, sobretudo, para o problema das secas, que afligiam a região que ele chamava de “Verdadeiro Norte”, definida por ele como a “parte compreendida entre o rio S. Francisco, em Alagoas, e o rio Parahyba onde as nascentes desse último

² Não havia unidade entre os positivistas acerca de quem deveria ser o Ditador Republicano. Os membros do apostolado positivista, por exemplo, chegaram a convidar D. Pedro II para assumir essa função, pois eles desejavam que a transição da Monarquia para República fosse gradual e sem conflitos. José Leão, por outro lado, não concordava com essa ideia, mas também não indicou quem deveria ser esse Ditador. Ele deixava evidente que não deveria ser alguém ligado à Monarquia.



mais se aproximam do curso do primeiro” (ESTADO DA PARAHYBA, 1891B: 1) e que hoje corresponde ao que chamamos de polígono das secas.

Ao que tudo indica, a perspectiva de José Leão era estudar o Brasil a partir de regiões, o que favoreceria o conhecimento de problemas específicos e a proposição de soluções. Diante da extensão territorial do país, seria impossível trabalhar a totalidade. O Brasil não se constituía como algo único, coeso, de modo que se fazia necessário dividi-lo em regiões para resolver, especificamente, os problemas que ocorriam no país. A medida que os problemas regionais fossem resolvidos, o Brasil como um todo evoluiria e experimentaria o progresso. A instalação de uma República em moldes fortaleceria os espaços regionais, tal como Comte propôs para a República Francesa³.

Desse modo, o Brasil, pensado a partir dos moldes positivistas, seria uno quando as regiões estivessem em condições de igualdade, quando não mais existissem as disparidades entre estados e entre regiões. Até então, o Brasil tinha vários problemas e, por isso, não se constituía em algo único e coeso, como pensavam os positivistas. Diante dessa situação, era necessário dividi-lo para depois reunificá-lo.

José Leão apresentou as duas hipóteses científicas que julgava possíveis para explicar a existência de água na região do Brejo: “Ou o Rio S. Francisco passou antigamente por esse estado [Paraíba], conservando o antigo leito afinidades com o actual e, dahi a presença dessas águas por meio de correntes subterraneas”; ou então “um veio destacado do caudal do mesmo Rio remonta [sobe] as serras e escoá-se pelo valle de Camaratuba e vae até o mar” (ESTADO DA PARAHYBA, 1891B: 1). Para ele, as duas hipóteses implicavam numa mesma conclusão: o rio São Francisco passava pela região dos brejos, e isso fazia com que a região fosse abundante em água potável. O interessante é notar que ele procurou comprovar a sua tese valendo-se de métodos científicos que ele considerava válidos.

Para explicar o surgimento e o desaparecimento aparente do rio São Francisco na região do Brejo paraibano, José Leão também se valeu do método científico. Do tempo vivido por José Leão (entre segunda metade do século XIX e os primeiros anos do século XX) até os dias atuais, o curso natural do rio São Francisco nunca foi alterado: ele nasce

³ Para Comte, era necessário fragmentar os territórios para, posteriormente, reuni-los novamente a partir de critérios científicos. A título de ilustração, Comte propôs que a França fosse dividida em 17 intendências, subdivididas, por sua vez, em vários departamentos. (COMTE, 1889: 80-85)



na Serra da Mantiqueira, segue, inicialmente, de Oeste a Este, depois ruma em direção ao Norte e, finalmente, se desloca para o Nordeste, chegando à cidade de Cabrobó (Pernambuco), quando retorna o seu curso e segue em direção Sudoeste, até desembocar no Oceano Atlântico na divisa entre os estados de Alagoas e Sergipe.

Todavia, José Leão defende a tese de que o rio São Francisco teve seu curso original modificado a partir do momento em que a Serra dos Cariris (situada na região do atual município de Teixeira, no estado da Paraíba) emergiu. De acordo com José Leão, o rio São Francisco, a partir da área do atual município de Cabrobó, seguia seu curso até a região da Serra dos Cariris (que não existia) e de lá seguia pelo Vale do Camaratuba até a região da atual Bahia da Traição (na Paraíba), onde desembocava no mar. O São Francisco passava precisamente na área “correspondente deste estado [Paraíba] e na altura dos Bréjos” (ESTADO DA PARAHYBA, 1891B: 1).

Na interpretação de José Leão, o surgimento posterior da Serra dos Cariris fez o leito do rio “recuar e depois de represado no seu primitivo curso lançar-se por Paulo Affonso, formando o encachoeiramento que por alli assignala sua nova passagem”. (ESTADO DA PARAHYBA, 1891A: 1). Pela lógica de José Leão, a água existente na região em torno do Vale do Camaratuba não seria, portanto, a água de um brejo, mas sim água do São Francisco, e estaria presente em grande quantidade na região.

A descoberta da água do São Francisco na região do Vale do Camaratuba exigia, de acordo com José Leão, a adoção de várias medidas administrativas, tendo em vista que o governo brasileiro deveria deixar de investir em “açudes improficuos”, como era feito desde o período imperial, e passar a investir na perfuração de poços na região do vale do Camaratuba, uma medida racional de explorar as potencialidades da região e que beneficiaria, sobretudo, os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

A proposta de José Leão era que “essas duas antigas províncias [Rio Grande do Norte e Paraíba] se fundem num estado poderoso para contrapor-se em importancia a Pernambuco e Ceará, que são os principais algozes de seu commercio e produção” (ESTADO DA PARAHYBA, 1891B: 1), buscando, dessa forma, equalizar as disputas interestaduais que marcavam o federalismo. A abundância de água permitiria, por um lado, que essa região pudesse ter uma produção agrícola autônoma e, por outro, que a água pudesse ser levada, por meio de ferrovias, às regiões em que a seca era mais intensa.



Além disso, o excedente da produção também poderia ser facilmente escoado pelas ferrovias. Ficava evidente, assim, que só a adoção de critérios científicos poderia garantir a união harmônica da nação.

Em outro artigo, intitulado *A Nova Pátria*, publicado na edição seguinte do jornal, José Leão passou a discutir o nome mais conveniente para o novo estado e para a nova capital, concluindo que “esse nome [Potyguarânia] dado a ambos os estados, serviria para concretizar o todo, ao passo que a um de per si poder-se-hia denominar *Potyginia* e a outro *Carirínia* para caracterizar as tribos do sertão e da serra, ou antes os *potys* do Rio Grande do Norte e os Cariris da Parahyba” (ESTADO DA PARAHYBA, 1891C: 1). A capital desse estado, protegida pelas serras, seria construída na região da baía da traição e estaria interligada às demais regiões do estado e do país por meio das ferrovias.

Considerações finais

Ao longo do texto, procurei demonstrar que três fatores, diretamente interligados, foram importantes na construção do raciocínio de José Leão acerca da espacialidade do Rio Grande do Norte ou Potyguarânia.

Inicialmente, a formação em engenharia e em agrimensura o instigaram a buscar compreender o território do Rio Grande do Norte e da Paraíba, além de fornecerem o conhecimento, as referências teóricas e o vocabulário técnico para a análise.

Em relação ao positivismo, José Leão foi muito influenciado, desde o tempo em que vivenciou os ambientes acadêmicos no Rio de Janeiro e em São Paulo, pelas ideias de Comte. O método que ele utiliza para analisar a questão dos brejos, assim como o modelo de República que ele propunha baseiam-se, ambos, nos preceitos de Comte.

Por fim, a militância em entidades científicas e políticas possibilitou que ele associasse a solução dos problemas enfrentados pelas províncias e, posteriormente, estados, à forma de governo republicana.



Fontes

LEÃO, José. O sonho de Tiradentes. *Tiradentes*. Rio de Janeiro; Typ. Central. Ano 9. p. 2. 1890.

CONFERÊNCIA pública. *Estado da Parahyba*, Parahyba do Norte, p. 1-21 mar. 1891(A)

A FUSÃO. *Estado da Parahyba*, Parahyba do Norte. p.1, 7 mar. 1891 (B),

A Nova Pátria. *Estado da Parahyba*, Parahyba do Norte, p. 1, 7 mar 1891(C)

LEÃO, José. *Silva Jardim*: apontamentos para a biografia do ilustre propagandista haurido nas informações paternas e dados particulares e oficiais. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1895,

Referências

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. Rio de Janeiro: ANPOCS; Paz e Terra, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

DAVIS, Natalie Zemon. *The return of Martin Guerre*. Cambridge: Harvard University Press, 1983.

ELIAS, Norbert. Mozart, *Sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro, EdUFRJ, 2012.



LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. Brasília: Senado Federal, 2012.

MELLO, Maria Thereza Chaves de. *Com o arado do pensamento: a cultura democrática e científica da década de 1880 no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica (tese de doutorado)